



XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 – Inclusão e Pertencimento

Os tipos de acessibilidade em bibliotecas públicas federais: reflexões sobre o acesso de estudantes com deficiência visual com baixa visão

Types of accessibility in Federal Public Libraries: reflections on access for students with low vision

Carlos Vinicius Maluly – Universidade Federal de Santa Catarina (FSC) –
carlos.ppgep.ufsc@gmail.com

Lizandra Garcia Lupi Vergara – Universidade Federal de Santa Catarina (FSC) –
l.vergara@ufsc.br

Resumo: O estudo investiga as condições de acessibilidade em bibliotecas públicas federais no Brasil, com ênfase nos estudantes com deficiência visual com baixa visão. O estudo tem abordagem qualitativa e descritiva. Classifica os sete tipos de acessibilidade: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica e programática. A análise é baseada em dados do Censo da Educação Superior (2024), que revela diferenças na implementação das dimensões de acessibilidade, sendo a atitudinal com menor atendimento. Conclui-se que a ampliação das práticas inclusivas é fundamental para garantir o acesso equitativo à informação e ao conhecimento.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Baixa visão. Bibliotecas públicas. Estudantes com deficiência.

Abstract: This study investigates the accessibility conditions in Brazilian federal public libraries, focusing on students with low vision. It adopts a qualitative and descriptive approach and organizes the analysis around seven types of accessibility: architectural, attitudinal, communicational, digital, instrumental, methodological, and programmatic. Data from the Higher Education Census (2024) were used to identify which dimensions are addressed in institutional practices. The findings reveal unequal implementation across dimensions, with attitudinal accessibility notably absent. The study concludes that promoting full inclusion requires integrating all dimensions of accessibility into library policies and services.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Low vision. Public libraries. Students with disabilities.





1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), no Brasil existem mais de 6,5 milhões de pessoas cegas ou com baixa visão, sendo 528.624 com incapacidade total de enxergar e 6.056.654 com baixa visão, além de 29 milhões que relataram dificuldade permanente de enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes especiais. Segundo Bourne et al. (2017), em escala mundial, estima-se que 36 milhões de pessoas sejam cegas e mais de 216 milhões apresentam deficiência visual moderada a grave e 188 milhões possuem comprometimento leve da visão. A relevância da garantia de direitos estabelecida na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que asseguram igualdade e inclusão.

Nesse contexto, a Sociedade Brasileira de Visão Subnormal (SBVSN, 2025) explica que a baixa visão envolve diretamente o comprometimento da função visual, de modo irreversível. Desse modo, fica afetada desde a acuidade até a percepção de luz e campo visual, o que impossibilita a realização de tarefas cotidianas.

Conforme a SBVSN (2025) tem-se que:

O termo visão subnormal, ou baixa visão, é empregado quando há diminuição irreversível da visão apesar de tratamentos pertinentes ao problema visual e uso de óculos para correção de grau. No entanto, há visão que, ao ser utilizada funcionalmente, permite o planejamento e realização de tarefas.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência visual, no âmbito educacional, depende de recursos de tecnologia assistiva. Conforme Sassaki (2003), esses recursos contribuem para a autonomia nas atividades diárias, ampliando as possibilidades de participação social e acadêmica.

Bersch (2017) define tecnologia assistiva (TA) como o conjunto de recursos e serviços que visam ampliar habilidades funcionais, promover independência e favorecer a inclusão. Nesse sentido, Ely e Martins (2023, p. 12-14) explicam que o termo acessibilidade significa livre acesso, no sentido de possibilitar aproximação. Nesse sentido, expressa relação com o meio físico e repassa o direito da liberdade individual.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência garantem a igualdade de direitos e reforçam a inclusão das pessoas com deficiência. Nesse contexto, destaca-se a relevância do ambiente escolar



na vida acadêmica das pessoas com deficiência visual, especialmente diante do surgimento de novos recursos que visam melhorar sua qualidade de vida. Tais recursos, relacionados à necessidade de inclusão, evidenciam a importância da TA, que contribui significativamente para o auxílio nas atividades cotidianas dessas pessoas (SASSAKI, 2003).

Segundo Krummenauer e Stein (2023, p. 2):

Considerando que a acessibilidade é imprescindível em bibliotecas universitárias, refletindo-se na garantia do direito à educação e acesso ao conhecimento, sem distinções entre as pessoas, esse estudo tem o objetivo de levantar as condições de acessibilidade.

Para entender a deficiência, o Relatório Mundial sobre a Deficiência (WHO, 2011), argumenta que deficiência faz parte da condição humana, define que:

A deficiência é complexa, dinâmica e [...] questionada. Nas últimas décadas, o movimento das pessoas com deficiência [...] juntamente com inúmeros pesquisadores das ciências sociais e da saúde [...] têm identificado o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência.

Ampliando a definição, o Relatório Mundial sobre a Deficiência (WHO, 2011), estabelece que:

A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social” no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos [...]. O modelo médico e o modelo social costumam ser apresentados como separados, mas a deficiência não deve ser vista como algo puramente médico nem como algo puramente social: pessoas com deficiência frequentemente podem apresentar problemas decorrentes de seu estado físico [...]. É necessário fazer uma abordagem mais equilibrada que dê o devido peso aos diferentes aspectos da deficiência.

1.2 Cenário das barreiras nas bibliotecas universitárias

As barreiras são apontadas no Censo da Educação Superior (INEP, 2024) e o constitui-se o cenário das condições de acessibilidade nas bibliotecas públicas federais. Desse modo, os menores índices de acessibilidade revelam que as instituições públicas apresentam índices que incluem sinalização sonora (11,3%) nas instituições públicas. Ainda sinalização tátil (27,8%), mobiliário adaptado (38,0%), equipamentos eletromecânicos (22,3%), impressora em Braille (9%) nas bibliotecas públicas. Sendo que esses indicadores revelam relações com acessibilidade em aspectos físicos e tecnológicos.

Stroparo e Moreira (2015, p. 2) defendem que:



A biblioteca universitária, exerce uma importante função no processo de inclusão, pois necessita promover a acessibilidade, estendendo as atividades, que incluem o uso de produtos, serviços e, sobretudo, a informação sem quaisquer restrições em formato compatível com os diferentes interesses e exigências dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva as bibliotecas universitárias devem se constituir como mediadoras entre os alunos que apresentam deficiência e a produção de conhecimento para que a inclusão [...] ocorra.

Considerando a perspectiva de acessibilidade, há o reconhecimento que o uso do espaço público, inclusive incluindo, por exemplo, edificações, transporte, mobiliário, informação e comunicação, precisa acontecer de modo livre e sem barreiras para garantir a independência, com autonomia e segurança de cada indivíduo (Ely e Martins, p. 12-14, 2023).

De acordo com Nicoletti (2010, p. 11):

A nova forma de pensar a biblioteca deve ser a da inclusão através da acessibilidade para todos, pois só desta maneira o objetivo principal das bibliotecas será alcançado: permitir o “encontro” do usuário e a informação.

De acordo com o Resumo Técnico (INEP, 2024) a acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência visual com baixa visão em bibliotecas universitárias, envolve a análise dos quesitos avaliados no Censo da Educação Superior 2023 (INEP, 2024) houve registro de 92.756 matrículas nos cursos da graduação com declaração de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Os três tipos mais recorrentes apresentam-se de deficiência física com 36,2%, baixa visão com 22,9% e deficiência intelectual 10,0%, correspondendo, em termos absolutos, a 36.629, 23.112 e 10.156 matrículas, respectivamente. Ainda foram contabilizados 9.718 alunos com autismo, 9.083 com deficiência auditiva, 4.309 com altas habilidades/superdotação, 4.276 com cegueira, 2.637 com surdez e 1.179 com surdocegueira.

Os quesitos avaliados pelo censo incluem disciplinas em libras; recursos de informática acessíveis; tradutor em libras; recursos de acessibilidade à comunicação; materiais em formatos acessíveis, digital, impresso, ampliado, áudio, braille, libras, tátil e disponibilidade de guia-intérprete. Para ampliar novos quesitos para avaliação em bibliotecas universitárias podem ser verificadas a existência de recursos de informática acessíveis com acesso facilitado por letras ampliadas; recursos de comunicação acessíveis com letras ampliadas; materiais digitais, impressos, ampliados e táteis acessíveis com letras ampliadas podendo ser elaboradas perguntas, se há recursos de informática com acesso facilitado para usuários com baixa visão; se o material digital e impresso é



disponibilizado em formato com letras ampliadas e se existe material tátil acessível a usuários com baixa visão.

Conforme o Resumo Técnico (INEP, 2024), a análise da acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas indicou em relação ao ano anterior nível de estabilidade, ressaltando-se, entretanto, a superação das instituições privadas pelas públicas em aspectos como entradas dimensionadas, ambientes desobstruídos e banheiros adaptados. Sendo também considerados itens como mobiliário específico, sinalizações em diferentes formatos, rampas com corrimão, equipamentos de apoio e bebedouros ou lavabos acessíveis, fundamentais para assegurar o uso dos espaços por estudantes com deficiência (INEP, 2024, p. 54). Diante disso, o estudo propõe discutir as dimensões de acessibilidade, com foco nas bibliotecas públicas federais, a fim de refletir sobre as condições de acesso de estudantes com baixa visão.

Podem ser levantados todos os tipos de acessibilidade são identificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipos de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas Federais

Dimensão	Eixo Temático	Justificativa
Acessibilidade Arquitetônica	Infraestrutura e Mobilidade Física	Enfatiza o espaço físico e os elementos de acesso
Acessibilidade Atitudinal	Posturas, Condutas e Cultura Institucional	Envolve atitudes individuais e o comprometimento com inclusão
Acessibilidade Comunicacional	Interação e Sinalização Acessível	Reflete os modos de comunicação entre pessoas
Acessibilidade Digital	Recursos Tecnológicos Acessíveis	Destaca o papel da tecnologia e das plataformas digitais
Acessibilidade Instrumental	Equipamentos, Mobiliário e Recursos Assistivos	Sintetiza os instrumentos físicos e tecnológicos de apoio
Acessibilidade Metodológica	Práticas Pedagógicas e Formação para Inclusão	Foca nos métodos de trabalho e adaptação
Acessibilidade Programática	Ações de Inclusão	Refere-se ao planejamento e execução de ações inclusivas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Descrição: Quadro textual que apresenta sete tipos de acessibilidade relevantes ao contexto de bibliotecas públicas federais: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica e programática. Cada tipo é relacionado a uma dimensão de análise, eixo temático e justificativa de sua importância para o acesso de estudantes com deficiência visual com baixa visão.



2 METODOLOGIA

Considera-se que a pesquisa qualitativa é aquela que busca compreender múltiplas realidades e significados por meio de dados abertos e emergentes. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo caracterizar e descrever fenômenos de forma sistemática, muitas vezes recorrendo a dados observáveis e análises quantitativas

Nesse contexto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, cujo objetivo é analisar as condições de acessibilidade em bibliotecas públicas federais a partir da experiência de estudantes com deficiência visual com baixa visão, identificando análise documental do Relatório Técnico do Ensino Superior (INEP, 2024).

O estudo está organizado conforme as sete categorias analíticas fundamentadas: acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica e programática. Como fonte empírica, utilizou-se o Censo da Educação Superior (INEP, 2024), com ênfase nas respostas dos módulos referentes à infraestrutura das bibliotecas e recursos de acessibilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os dados levantados no Censo da Educação Superior (INEP, 2024), verifica-se que 6 (seis) das 7 (sete) são contempladas. As dimensões contempladas nos microdados dos questionários do módulo Instituição de Ensino Superior (IES) acerca da biblioteca. Embora nas perguntas dos questionários estão mencionados diretamente acessibilidade arquitetônica ou física, de conteúdo e tecnológica.

De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2024), podem ser identificadas perguntas sobre a acessibilidade arquitetônica, podem ser identificadas perguntas acerca de barreiras físicas: rampa com corrimão elevador/esteira rolante; ambientes acessíveis; banheiros acessíveis; mobiliário acessível; bebedouros acessíveis e sinalizações (visual, tátil, sonora).

3.1 Acessibilidade arquitetônica

Para a acessibilidade arquitetônica ou física com indicadores coletados na seção da biblioteca e infraestrutura: possui condições de acessibilidade; entrada/saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;



ambientes acessíveis para a movimentação/deslocamento/circulação de pessoas com mobilidade reduzida; rampa de acesso com corrimão; equipamento eletromecânico; espaço de atendimento acessível; banheiros e lavabos acessíveis; mobiliário acessível; bebedouros acessíveis; sinalização visual; sinalização tátil e sinalização sonora.

Ressalta-se sobre a acessibilidade de conteúdo com indicadores coletados sobre: acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) sítios, programas e plataformas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato acessível.

3.2 Acessibilidade comunicacional e digital

Para a acessibilidade comunicacional podem ser identificadas perguntas direcionadas com itens relacionados à comunicação inclusiva: atendimento em libras e sinalizações tátil, sonora e visual. No caso da acessibilidade digital podem ser identificadas perguntas sobre: plataformas acessíveis; serviço pela internet; ferramenta de busca integrada; catálogo online; uso de redes sociais e acesso à internet banda larga.

3.3 Acessibilidade instrumental e metodológica

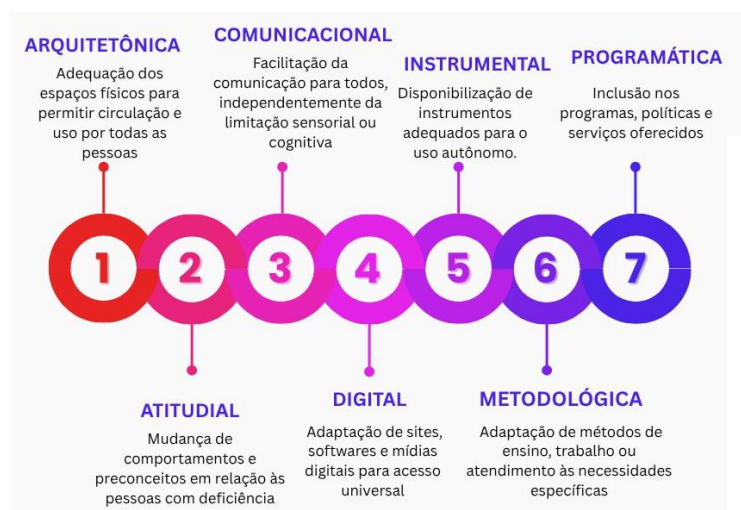
Ainda para a acessibilidade instrumental, perguntas sobre tecnologias assistivas como: leitores de tela; impressão em braille; teclado virtual; equipamentos de videoconferência e microcomputadores para discentes. No caso da acessibilidade metodológica podem ser identificadas perguntas acerca das estratégias adaptadas: plano de aquisição gradual de acervo acessível e disponibilização de acervo acessível.

3.4 Acessibilidade programática e atitudinal

Para a acessibilidade programática constam perguntas acerca de política e serviços institucionais: participação no portal capes; repositório institucional; assinatura de bases de dados e comutação bibliográfica e apenas para a acessibilidade atitudinal não é mencionado diretamente

Os resultados obtidos revelam a presença desigual dos diferentes tipos de acessibilidade nas bibliotecas públicas federais.

Figura 1 – Tipos de acessibilidade



Fonte: Elaborada pelos autores.

Descrição: Apresenta as sete dimensões da acessibilidade que em conjunto permitem a adoção de uma abordagem inclusiva, sendo a arquitetônica, que adapta os espaços físicos; a atitudinal, que defende a eliminação de preconceitos; a comunicacional, que propõe a comunicação direcionada para todos; a digital, que propõe adaptar tecnologias, recursos e mídias; a instrumental, que apresenta recursos para uso orientado para valorizar a autonomia; a metodológica, que desenvolve métodos para as necessidades específicas; e a programática, que garante a inclusão em práticas políticas e serviços no cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa levantou as condições de acessibilidade em bibliotecas públicas federais brasileiras, com foco específico nos estudantes com deficiência visual com baixa visão. A partir da listagem dos sete tipos de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica e programática foi possível estruturar uma análise abrangente, identificando avanços, lacunas e contradições nas práticas institucionais voltadas à inclusão, para a classificação dos tipos de acessibilidade.

Os dados evidenciam que seis dessas sete dimensões estão contempladas, de forma variada, nos indicadores utilizados pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2024), revelando, assim, um mapeamento parcial das condições reais de acessibilidade. A dimensão atitudinal, que envolve aspectos éticos, culturais e comportamentais, permanece ausente nos instrumentos avaliativos, o que limita a eficácia das demais dimensões e compromete o ideal de inclusão plena. Essa ausência reforça a necessidade de uma mudança institucional que não se restrinja à estrutura física ou aos recursos tecnológicos, mas que incorpore práticas inclusivas no cotidiano e no ethos das bibliotecas.



A acessibilidade arquitetônica demonstrou avanços significativos, com ambientes mais adaptados e mobiliário acessível (INEP, 2024). A acessibilidade digital e instrumental também se destaca com o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e impressão em braille, que contribuem para a autonomia e o acesso à informação. A acessibilidade metodológica, refletida na adaptação de acervos e conteúdos acessíveis, e a comunicacional, evidenciada por sinalizações e atendimento especializado, ainda apresentam desigualdade na aplicação entre instituições. A dimensão programática revelou-se importante ao indicar políticas e serviços institucionais que integram os estudantes aos fluxos acadêmicos e informacionais.

Como apontado, o conceito de acessibilidade deve ir além do espaço físico e alcançar todos os aspectos da interação com o ambiente acadêmico. Essa visão é corroborada pelo modelo social da deficiência proposto no Relatório Mundial sobre a Deficiência, que destaca a influência das barreiras sociais, culturais e institucionais na limitação da participação das pessoas com deficiência.

A pesquisa atinge seu objetivo, como também contribui para o aprofundamento da compreensão crítica sobre a acessibilidade nas bibliotecas públicas federais. Os resultados apontam para a urgência da ampliação dos instrumentos de diagnóstico institucional, de forma a incluir todas as dimensões analisadas, em especial a atitudinal. Reforça-se ainda a importância da formação continuada das equipes, da atualização dos recursos assistivos e da formulação de políticas bibliotecárias inclusivas.

Conclui-se que a promoção da acessibilidade plena exige uma abordagem integrada, sensível às especificidades da deficiência visual com baixa visão, que valorize não apenas a presença física nos espaços acadêmicos, mas também a garantia efetiva do direito à informação, à permanência e à participação cidadã. As bibliotecas públicas federais, como mediadoras do conhecimento, têm o potencial de se consolidarem como espaços verdadeiramente inclusivos, desde que assumam esse compromisso em todas as suas dimensões de acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BOURNE, R. A. *et al.* Magnitude, temporal trends, and projections of the global prevalence of blindness and distance and near vision impairment: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet Global Health**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. e888-e897, 2017. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214->



[109X%2817%2930293-0](#). Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://direitohomoafetivo.com.br/wp-content/uploads/2024/08/2015.07.06-Lei-13.146-Estatuto-da-Pessoa-com-Deficiencia-1.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2025.

ELY, V. H. M. B.; MARTINS, L. B. Acessibilidade. *In: Dicionário de ergonomia e fatores humanos: o contexto brasileiro em 110 verbetes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ergonomia – ABERGO, 2023. p. 12-14. ISBN 978-65-981493-1-4. Disponível em: <https://www.asaas.com/c/078534947687>. Acesso em: 25 mai. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

KRUMMENAUER, A.; STEIN, N. da S. Acessibilidade na biblioteca setorial de educação da UFRGS. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 22., 2023, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...], Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2898/2874>. Acesso em: 12 mai. 2025.

NICOLETTI, T. F. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 5, p. 6-9, 2003.

SBVSN. Sociedade Brasileira de Visão Subnormal. Visão Subnormal. (2025, on-line). Disponível em: <https://www.visaosubnormal.org.br/oquee.php>. Acesso em: 29 mai. 2025.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Acessibilidade informacional na biblioteca universitária: em foco o aluno com deficiência. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 10., 2015, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos** [...], Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2015. Disponível em: <https://abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R1242-1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2025.

WHO. World Health Organization; The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPCD, 2012. ISBN 978-85-64047-02-0. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.